

## **GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA: UMA PAUTA URGENTE**

Aldaberon Vieira do Nascimento

*Secretaria Municipal de Educação-Lagoa de Dentro-PB. aldaberonvn@hotmail.com*

### **Resumo**

O texto que segue é uma discussão em torno de gênero e sexualidade como uma pauta do currículo escolar. O mesmo se embasa em autores(as) que protagonizam no cenário acadêmico com um leque de trabalhos na área, como: Guacira Louro, Cláudia Batista, Tomás Tadeu da Silva, Rosely Sayão, dentre outros e contrapondo-se com documentos oficiais, a exemplo dos PCNs e da LDB 9.394/96. Percebe-se o desafio que as escolas enfrentam ao lidar com a sua comunidade sobre a temática quando nem os(as) profissionais, nem a família apresentam segurança e disponibilidade para tratar o assunto na formação dos(as) educandos(as). Observa-se que em todo esse contexto há a questão cultural que permeia a formação pessoal de cada ser em sua trajetória de vida. Contudo, deve-se considerar a necessidade de discutir gênero e sexualidade tanto no ambiente familiar como no escolar, conforme orienta a legislação vigente, uma vez que os novos conceitos de famílias que se apresentam à sociedade estão inseridos nas escolas.

**Palavras-chave:** educação, gênero, sexualidade, formação.

### **Introdução**

A escola contemporânea enfrenta um grande desafio ao lidar com seu currículo. São questões que permeiam no cenário escolar conflitos de ordem cultural e de formação pessoal. Dentre estes conflitos está a questão de gênero e sexualidade como um fator de influência cultural na formação do sujeito como pessoa e como agente escolar. Assim, este trabalho apresenta uma discussão em torno da temática da sexualidade como uma pauta urgente a ser trabalhada com toda a comunidade escolar.

A escolha da pesquisa se justifica pela ausência de programas que prezem pela inclusão do conteúdo nas propostas pedagógicas quando os sujeitos que compõem a comunidade escolar são carentes de informações sobre o tema em questão. É notório quando isso acontece, pois profissionais e família se mostram, na maioria das vezes inseguros e não orientam da forma mais adequada sobre a temática que é tão presente no cenário social onde todos(as) se encontram.

Com um olhar de leitor do ambiente escolar e de profissional da educação, objetiva-se com o presente trabalho, de forma geral, proporcionar uma discussão em torno da sexualidade humana como forma de superar tabus e preconceitos que se apresentam no ambiente familiar e escolar. E de forma mais específica, analisar causas e consequências de tabus que se apresentam no seio familiar e escolar quando se trata de sexualidade; refletir sobre os preconceitos encontrados/enfrentados

ao/para falar da/de sexualidade; e discutir possíveis soluções para amenizar problemas enfrentados na família e na escola no tocante a sexualidade.

Espera-se que o mesmo possa servir como norte para outros leitores, uma vez que a necessidade de discutir gênero e sexualidade numa perspectiva educacional se apresenta como uma pauta urgente na grade curricular.

## **Diversidade na escola**

A discussão em torno da sexualidade humana é rodeada de tabus e desafios quando o assunto é pauta a discutir em sala de aula. De um lado o desafio de atender a necessidade das crianças e adolescentes com sua curiosidade para saber do assunto. Do outro lado, a escola, enquanto instituição, não cumpre a legislação, segundo orientação dos Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNs baseados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394 de dezembro de 1996. Os pais e/ou responsáveis deveriam orientar seus filhos quanto à sua orientação sexual ainda no ambiente familiar, porém não cumprem totalmente seu papel e acabam deixando-o para a escola. A escola, por sua vez, com os/as professores/as e todos/as que a compõem em muitos casos se omitem, por não se sentirem preparados/as para lidar com a temática. Com isso, o que nos restam são crianças e adolescentes carentes de conhecimentos da sua própria sexualidade, ficando à mercê de meios de informações desconstruídas ou não ‘tão’ adequadas frutos de redes sociais, da mídia em geral, dos programas de televisão e das influências externas advindas de colegas mais velhos ou mais curiosos e ousados, e até mesmo da maldade das pessoas que aproveitam para se “beneficiar” da falta de conhecimento desses sujeitos.

Atualmente, um grande desafio para as escolas contemporâneas é dialogar sobre a diversidade de Identidades Sexuais e de Gênero, bem como Identidades Culturais, Geracionais e Étnicas.

Nesse sentido, discutir e problematizar as relações de gênero e a sexualidade é uma das condições indispensáveis para a desconstrução e superação de estereótipos e de preconceitos que têm gerado desigualdades entre meninas e meninos, mulheres e homens, homossexuais, bissexuais, travestis, transgêneros e heterossexuais. Essa é uma pauta urgente na luta pela equidade, entendida como igualdade na diferença. (CARVALHO, ANDRADE E MENEZES; 2009, p. 07).

Contudo, para compreender-se melhor esse ponto faz-se necessário um olhar mais compreensivo sobre o assunto. É preciso se estimular o debate em torno do assunto para

desconstruir tais estereótipos, preconceitos e tabus que persistem no seio da sociedade contemporânea como se o tempo só tenha avançado para uns contextos sociais e para outros não.

As pessoas, enquanto agentes sociais enxergam o mundo através do olhar cultural onde há a associação entre o sexo dos indivíduos e as concepções de masculino e feminino construídos pelas sociedades como algo natural. Porém, não se pode “vendar os olhos” para percepção de uma sociedade plural com todas as suas nuances.

Desde o momento da concepção a sexualidade se manifesta de forma diferente nas pessoas em cada fase do desenvolvimento humano. Daí, considera-se os diversos aspectos onde a pessoa se apresenta: a classe social, a orientação familiar, a formação pessoal, o grupo social, as influências internas e externas, etc.

Considerando o cotidiano escolar e a diversidade de pessoas inseridas nele com todas as influências externas desse ambiente, nota-se a necessidade de se trabalhar na escola a “sexualidade”, considerando os aspectos comportamentais como as crianças e as(os) adolescentes se apresentam neste espaço. Espaço esse, marcado por características diversas e adversas. É um misto de culturas e comportamentos que compõem o espaço escolar: etnias, religiões, seguimentos políticos, gerações, identidades e gêneros sexuais, dentre outras.

Esse cenário permeia os grupos sociais há muito tempo. A sociedade sempre deparou-se com diversas situações de gestos, comportamentos, atos verbais e não verbais que incomodavam por não se tratar da temática da sexualidade humana quando esta sociedade não se mostrava aberta para o debate e nos dias atuais ainda se deparam com uma forte resistência para lidar com o assunto que desperta a curiosidade das pessoas.

Assim, no final da década de 1990 o Ministério da Educação lançou os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, com o intuito de trabalhar temas que estavam presentes no currículo da escola básica de forma oculta, como os diferentes Temas Transversais.

Daí, a partir da transversalidade, a temática pode ser trabalhada em todo ou qualquer componente curricular, considerando a carência apresentada ou detectada na turma, haja vista, as vontades e os desejos expressos pelas crianças, adolescentes e jovens no ambiente escolar.

A luz dos PCNs a escola deveria tratar a sexualidade como uma saída para extinguir ‘danos’ que afetam tal instituição e afastam estudantes do convívio escolar. A homofobia, o preconceito

racial, de classe, religioso, gravidez de adolescentes e diversos outros que se apresentam de forma clara ou não dentro do espaço estudantil/escolar.

Os(as) professores(as), em parte, ainda não se mostram suficientemente capazes de abordar este assunto com seus/suas alunos(as) mesmo quando surgem piadas, insinuações, comentários, gestos obscenos e/ou situações desconfortantes em sala de aula que causam euforias e conflitos.

Para Cláudia Aparecida Batista, isso se deve ao fato de que

Quase sempre encontramos educadores com dificuldades em lidar com a sexualidade de seus educandos, e essa dificuldade se dá muitas vezes, por falta de “argumentos” (conteúdos) ou mesmo por serem esses educadores, frutos de uma educação repressora que os impede de reconhecerem suas próprias sexualidades, ou seja, há uma dificuldade pessoal em compreender a complexidade da sexualidade humana (BATISTA; 2008; p.108).

Já aos(as) educandos(as), na maioria das vezes, restam punição severa por seus comportamentos que fogem à regra, tanto pelos(as) professores(as) quanto pela gestão escolar, o que não se pode aceitar como a forma viável de resolver conflitos dentro da sala de aula ou na escola.

Para Almeida e Luz, “a participação das famílias na educação sexual é considerada como algo necessário, pois se pais e mães não estiverem em acordo com o que se trabalha na escola poderá haver conflitos (2014, p. 79)”. É isso que a escola deve trabalhar, também, no seu currículo. A família tem participação direta na educação escolar. As autoras estão, apenas, evidenciando algo que já é uma das maiores causas de reclamações de professores(as) quando se reúnem para discutir o aproveitamento de suas/seus estudantes ou para deliberarem sobre a rotina da escola que é tida como uma extensão de casa.

De acordo com Nascimento (2016), faz-se necessário para escola trabalhar formação com seus/suas profissionais e com as famílias para lidarem melhor com a questão de gênero e sexualidade, que assim, terá-se-á um maior entendimento e reciprocidade de tais instituições no desenvolvimento educacional de todo corpo discente. Uma vez que a legislação educacional preza pela formação inicial e continuada para os(as) profissionais da educação, visando um melhor desempenho profissional e um maior desenvolvimento educacional.

Como a escola e a família são responsáveis pela enculturação de seus/suas agentes, é pertinente, como dialoga Batista, que “o professor precisa enxergar a escola como um ambiente educativo onde formar e trabalhar signifiquem a mesma coisa, pois [...] à escola cabe aprofundar a

inserção do sujeito no mundo da cultura (2008, pp. 32-33)”. A instituição escolar têm um papel influenciador na formação discente sendo até mesmo argumentado por estes/estas como um ato muito mais decisivo e abrasador do que os que são colocados pela família. O(a) professor(a) é um espelho para o(a) aluno(a) na sua formação e isso perdura, em vários casos, pela vida toda.

É nesse sentido que se pauta a questão da sexualidade no ambiente familiar e escolar. Se estas instituições são responsáveis pela formação/educação de seus/suas educandos(as), a sexualidade deve compor o currículo de orientação de formação pessoal de cada sujeito a elas confiados(as), considerando que “o currículo é sempre o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimento e saberes, seleciona-se aquela parte que vai constituir precisamente, o currículo (SILVA, 2002, p.15)”. Essa discussão faz parte da composição das propostas pedagógicas das escolas que são documentos feitos a várias mãos, fruto de debates, conversas, orientações que buscam sempre o melhor para a escola, diz-se alunos(as), de acordo com as necessidades levantadas no ambiente escolar ou oriundo da família.

O que se nota é que mesmo no currículo oculto a sexualidade já se manifesta o que corrobora com o autor quando se porta a seleção do currículo. O ambiente cultural onde estão inseridos os(as) estudantes propicia um discurso pautado numa educação da sexualidade, haja vista ser a sexualidade uma construção social e cultural. Para tanto:

Agora, mais do que em qualquer outro tempo, a escola precisa levar a sério a sexualidade como tema transversal. Isso significa reconhecer que o assunto faz parte de seu currículo e, sempre pelo viés do conhecimento sistematizado já construído, deve ser planejado e contemplado com todo alunado (SAYÃO, 2010, 32).

A questão da diversidade sexual, os novos conceitos de família, que se desenham dentro da própria escola, desde os(as) profissionais ao público estudantil, é um enfoque que requer uma atenção maior da escola que deve atentar para a diversidade no seu currículo. Cabe, portanto, ao(a) professor(a) interagir com seu/sua aluno(a) refletindo os valores democráticos e pluralistas presentes em parte dos livros e no contexto social onde todos(as) estão inseridos(as). Na cultura em que estão alocados, mesmo que em caráter de exótico ou alternativo. A comunidade escolar não pode ser pensada na atual conjuntura social como sendo omissa em relação a educação sexual na escola, haja vista ser este um assunto que toma dimensões superiores as formas argumentadas nos comportamentos de profissionais que não se mostram seguros para trabalhar com o assunto, mesmo

quando isso se explica pela formação que esse(a) profissional teve na infância e na adolescência que reprimia qualquer forma de intensão que se portasse a sexualidade.

Nesse contexto, Guacira Louro afirma que “a diversidade nos demonstra, mais do que nunca, que a história e as lutas de um grupo cultural são atravessadas e contingenciadas por expressões. Por experiências e lutas conflitantes, protagonizadas por outros grupos (2008, 51).” É neste sentido que a escola e a família devem pautar a urgência de discutir a maneira de trabalhar as questões de gênero e sexualidade atrelados a outras demandas sócio culturais nas quais o público estudantil é protagonista. Não se pode pensar no/o século XXI com uma escola que não esteja aberta a discutir as diversidades que a sociedade lhe apresenta. Ainda, de acordo com a autora todas as produções da cultura que são construídas fora do lugar central que assume um caráter de diferente no currículo causa murmúrios pela sua posição de diferente, excêntrico, alternativo. E, é como excêntrico que o olhar direcionado à sexualidade é tido quando busca inseri-lo no currículo.

Contudo, não se pode pensar mais a escola se omitindo de discutir gênero e sexualidade por motivos que se/lhe distanciam da realidade de qualquer ambiente que se pense no assunto. O comportamento humano atualmente chama a atenção para um novo olhar cultural que se apresenta nos corpos, nas formas de viver, na educação, nos gestos que não se distanciam muito de épocas que já buscara(va)m discutir o assunto em outros eventos em que o ser humano se mostra(va). A educação não pode ser estática. Ela passa por mudanças. Inova-se, renova-se. E isso lhe dar um caráter inovador e transformador do cenário a ela confiada como instituição que tem o poder de construir caminhos e alterar percursos. De formar cidadãos(ãs) para o futuro.

## **Metodologia**

A metodologia usada nesta pesquisa de porte científico é de cunho teórico em relação aos objetivos, haja vista os esforços de estudiosos que se dedicam(ram) a estudar a sexualidade em suas diferentes nuances. Já quanto a forma de estudo, pode se classificar como explicativa, considerando o fato de aprofundar o conhecimento a respeito do tema em discussão e o ensejo de dar continuidade as buscas.

Pode-se classificá-la, também, como bibliográfica quanto ao objeto, considerando os elementos utilizados: Revisão de Bibliografias, Dados Oficiais de outras pesquisas apresentadas por outras instituições.

Os métodos usados, foram o Histórico e o Comparativo, fazendo uma relação entre diferentes períodos em que a pesquisa se debruça buscando alcançar respostas para as indagações surgidas nos percursos que serviram de objetos nesta pesquisa.

Usou-se bibliografias de diversos teóricos de diferentes áreas de atuação profissional, dentre as(os) quais pode-se citar: Almeida e Luz (2014), Silva (2013), Sayão (2010), Batista (2008), e Louro (2008), além dos Documentos Oficiais como a LDB (1996) e PCNs (1998). Desse modo, a metodologia contribuiu para um melhor resultado da discussão pensada a partir dos objetivos determinados para este trabalho.

## **Resultados e Discussão**

A partir das discussões apresentadas no texto, comparando-as com os(as) teóricos(as) citados(as) e considerando as orientações provenientes de Documentos Oficiais que apontam nortes a seguir em diversos apontamentos, nota-se que a pesquisa apresentada revela o olhar como o discurso de gênero e sexualidade está sendo difundido na comunidade escolar. O desafio se institui diante das dificuldades que os(as) agentes envolvidos(as) no contexto da formação humana dos que compõem a escola, apresentam.

A pesquisa demonstra uma certa fragilidade apresentada nos sujeitos responsáveis por tal formação, por não se sentirem seguros para tratar da temática com os(as) discentes no ambiente escolar e com os responsáveis desses(as) discentes. Percebe-se uma insegurança para tratar do assunto quando no contexto da comunidade escolar há diversos casos que são determinantes para a inclusão da Orientação de Gênero e Sexualidade na proposta pedagógica da escola que pode alcançar toda a comunidade num elo de forças para um aprendizado mais contundente, tendo em vista diversos casos no ambiente escolar e da família de crianças, adolescentes e jovens que demandam orientação: a fala dos corpos, gravidez na adolescência, vocabulário, vestimenta, mídias e redes sociais, além de outros.

Assim, comunga-se que é urgente pautar a questão de gênero e sexualidade no currículo da escola para suprir as demandas apresentadas pelos(as) alunos(as) através das diferentes formas de comportamento dentro e fora do espaço escolar e diante do contexto cultural onde todos os sujeitos envolvidos na educação se apresentam.

## **Conclusões**

Diante do exposto no texto, nota-se que as escolas não se sentem seguras para lidar com a questão de gênero e sexualidade. O assunto é visto ainda como tabu e preconceito influenciados pelas manifestações culturais cultivadas pelas famílias e mantidas, de certa forma, pela escola. A comunidade escolar deixa visível algumas formas de ver a realidade que vão de encontro às propostas garantidas pela legislação que institui a educação como uma política de direito a todos(as) e um currículo que contemple a Base Nacional Comum quando essa legislação prima, também, pela formação dos(as) profissionais inseridos(as) na educação.

O Brasil através dos órgãos responsáveis pela educação desenvolveu programas de inclusão dessa temática no currículo das escolas, como os PCNs, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), as discussões nas Conferências de Educação - CONAEs que implicaram em espaços nas redações dos Planos de Educação. Então, percebe-se que há uma política de educação inclusiva que se direciona ao debate do assunto. Isso no âmbito nacional. Por sua vez as secretarias de Estado e Municipais de Educação devem se manifestar também sobre a necessidade de incluir esse ponto nas pautas de Formações dos(as) profissionais da educação para que as escolas possam ser contempladas e estes(as) profissionais possam sentir segurança no repasse do programa como acontece com os outros temas em outros componentes curriculares.

Contudo, considera-se que o desafio de pautar a temática de gênero e sexualidade no currículo escolar se faz urgente para atender à necessidade apresentada pela demanda discente.

### **Referências Bibliográficas**

ALMEIDA, Kaciane Daniella, LUZ, Nanci Stancki da. **Educação Sexual: uma discussão para a escola?** Curitiba. Appris. 2014.

BATISTA, Cláudia Aparecida. **Educação e sexualidade: um diálogo com educadores.** São Paulo. Ícone. 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: **Temas Transversais: Orientação Sexual (5ª a 8ª séries).** Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9.394/96. Brasília, 1996.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de, ANDRADE, Fernando César Bezerra de, MENEZES, Cristiane Souza de. **Equidade de gênero e diversidade sexual na escola: por uma prática pedagógica inclusiva**: Projeto “Íguais porque Diferentes”. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB. 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade: o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In LOURO, Guacira L. et al, (orgs.). **Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis. Vozes. 2008.

NASCIMENTO, Aldaberon Vieira do. **A Ausência da Disciplina de Orientação Sexual nas Escolas de Ensino Fundamental II no Município de Lagoa de Dentro-PB**. Dissertação de Mestrado. UNASUR, PY. 2016

SAYÃO, Rosely. **Tema proibido: O preconceito contra a homossexualidade permanece. E como preconceito se combate com a educação, não há como a escola se esquivar mais**. In Revista Carta na Escola. São Paulo-SP. Agosto de 2010, ed. nº 48, pp 32-33.

SILVA, Tadeu Tomaz. **Documentos e identidades, uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte. Autêntica. 2013.